

Orientação Vocacional, Raça e Poder: implicações psicopolíticas de processos de dominação social¹

Alessandro Soares da Silva²
Sandra Regina Ramos Braz³

Resumo

O presente artigo problematiza as implicações psicopolíticas da orientação vocacional, em tempos de instabilidade política. O objetivo é refletir sobre a importância de tornar acessível a atenção psicológica ao sujeito em situação de vulnerabilidade social, reconhecendo que a ausência de atenção pode incorrer na potencialização das angústias e não nas habilidades adquiridas. É relevante abordar sobre os estabelecimentos de vínculos que constituem o sujeito para consolidar sua estrutura não como algo petrificado, mas como um espaço psíquico transitório consciente de seus limites e seguro em suas reflexões. Particularmente neste artigo focalizamos como a orientação vocacional pode ajudar ao sujeito em situação vulnerável a se emancipar e exercer o poder. Os sujeitos foco desta investigação são pessoas jovens, que vivem em regiões periféricas do Brasil e são, em sua maioria, afrodescendentes. Estes elementos incidem gravemente na condição de vulnerabilidade experienciada cotidianamente por estes grupos sociais. Pretende-se pensar sobre o compromisso com a escassez de um trabalho psicopolítico crítico de educação política no campo da orientação vocacional para potencializar reflexões críticas como forma de insurgência à conjuntura política, podendo incorrer em oportunidades para incidir na mudança de suas próprias trajetórias profissionais. Por último, a metodologia é qualitativa e se baseia em experiências de orientação vocacional com a população negra em São Paulo, Brasil.

Palavras-Chave: Psicologia Política, Vulnerabilidade Social, Estabelecimento de Vínculos, Trabalho, Poder.

Resumen

El presente artículo problematiza las implicaciones psicopolíticas de la orientación vocacional, en tiempos de inestabilidad política. El objetivo es reflexionar sobre la importancia de hacer accesible la atención psicológica al sujeto en situación de vulnerabilidad social, reconociendo que la ausencia de atención puede incurrir en la potenciación de las angustias y no en las habilidades adquiridas. Se vuelve relevante abordar sobre los establecimientos de la red de vínculos que constituye el sujeto para consolidar su estructuración no como algo petrificado, sino como un espacio psíquico transitorio consciente de sus límites y seguro en sus reflexiones.

¹ Recibido: 27/julio/2018. Aceptado: 05/agosto/2020

² Filósofo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil, Mestre e doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil, Livre Docente na área de Sociedade Multiculturalismo e Direitos pela Universidade de São Paulo, Brasil. Atualmente, é Professor Associado 1 da Escola de Artes Ciências e Humanidades sendo docente na graduação de Gestão de Políticas Públicas e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia, é líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo da Universidade de São Paulo, Brasil. alesssoares@usp.br

³ Psicóloga pela Universidade Ibirapuera, Brasil, mestranda em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo da Universidade de São Paulo, Brasil. sandrarrbraz@gmail.com

Particularmente en este artículo focalizamos como la orientación vocacional puede ayudar al sujeto vulnerable a emanciparse y ejercer el poder. Los sujetos, foco de esta investigación son personas jóvenes, que viven en regiones periféricas de Brasil y son, en su mayoría, afrodescendientes. Estos elementos inciden gravemente en la condición de vulnerabilidad experimentada cotidianamente por estos grupos sociales. Deseamos pensar sobre el compromiso con la escasez de un trabajo psicopolítico crítico de educación política en el campo de la orientación vocacional para potenciar reflexiones críticas como forma de insurgencia a la coyuntura política, pudiendo incurrir en oportunidades para incidir en el cambio de sus propias trayectorias profesionales. Por último, la metodología es cualitativa y se basa a partir de experiencias de orientación vocacional con la población negra en São Paulo, Brasil

Palabras clave: Psicología Política, Vulnerabilidad Social, Establecimiento de Vínculos, Trabajo, Poder.

Abstract

This article discusses the psychopolitical implications of vocational guidance in times of political instability. The objective is to reflect on the importance of making psychological care accessible to the subject in a situation of social vulnerability, recognizing that the lack of attention may incur the potentialization of anxieties and not the acquired skills. It is relevant to approach the establishments of bonds that constitute the subject in order to consolidate its structure not as something petrified, but as a transitory psychic space aware of its limits and safe in its reflections. Particularly in this article, we focus on how vocational guidance can help individuals in vulnerable situations to emancipate themselves and exercise power. The subjects of this investigation are young people, who live in peripheral regions of Brazil and are, for the most part, of African descent. These elements have a serious impact on the condition of vulnerability experienced daily by these social groups. It is intended to think about the commitment to the scarcity of a critical psychopolitical work of political education in the field of vocational guidance to enhance critical reflections as a form of insurgency to the political situation, and may incur opportunities to influence the change in their own professional trajectories. Finally, the methodology is qualitative and is based on experiences of vocational guidance with the black population in São Paulo, Brazil.

Keywords: Political Psychology, Social Vulnerability, Establishment of Links, Work, Power.

Introdução

Este artigo foi pensado a partir de experiências de estágio e supervisões em Orientação Profissional. Essas experiências propiciaram inquietações sobre a defasagem de representatividade da população afrodescendente nos espaços educacional e de formação de ação política (Montero, 1991; Melucci, 1999), sem fins partidários, objetivando reflexões e problematização para implementação de reparo histórico-social. As experiências de orientação vocacional ocorreram em um cursinho preparatório para a seleção de ingresso à universidade voltado à população negra, brancos pobres e indígenas, chamado EDUCAFRO.

O EDUCAFRO, cursinho pré-vestibular, foi fundado na cidade de São Paulo pelo Frei David Raimundo dos Santos no ano de 1997 (Almeida, 2016). A instituição tem como foco contribuir para a reparação pelos anos de escravidão e por um processo pós-escravagista que não propiciou um modelo de inclusão socialmente justo. Novas formas de dominação-exploração seguiram oprimindo negras e negros até os dias atuais. É o retrato do preconceito que orienta processos legislativos e econômicos que fazem, por exemplo, com que 74% da pobreza no Brasil seja negra (IBGE 2007). Frei David entende que não podia e nem pode ficar apático às mazelas da comunidade a qual ele está inserido, mas também atende brancos pobres, indígenas e refugiados. O EDUCAFRO está comprometido na construção de novos espaços de poder para essas populações vulneráveis e de políticas afirmativas fundamentais para a superação da exclusão social vivida sistematicamente por negros em sociedades racistas (Rodrigues & Afonso, 2003; Almeida, 2016).

As interrogações sobre a não representatividade dos negros nas dimensões, educacional e do trabalho, propiciaram reflexões sobre os caminhos precursos que possivelmente corroboram em potencialidades de angústias e não nas habilidades adquiridas do ser humano, resultando em ausência de expectativas para atuar como profissionais qualificados. Desta feita, pensar no direito à educação e na qualidade em que o conhecimento é disponibilizado conjuntamente aos elementos que compõem esse cenário de forma concreta, reflete a importância em nos questionarmos sobre os atravessamentos que poderão trazer implicações na trajetória transicional do ambiente escolar à inserção no mundo do trabalho. Assim, a intermediação na construção da identidade profissional com pessoas em vulnerabilidade social e a ponderação sobre os impactos nas escolhas profissionais dos afrodescendentes em face à instabilidade política, é significativo.

O não-acesso equânime que negras e negros não têm aos espaços educativos e de trabalho faz-nos pensar sobre o cenário de democracia como construção e desconstrução discursiva e identitária (Montero, 1991; Melucci, 1999). Numa suposta democracia liberal onde todos teriam oportunidades iguais o peso da cor é inequívoco. Portanto, a democracia não pode reduzir-se à elementos que não se resumem apenas no voto e em eleições, mas necessita ir além. Ela necessita materializar-se em ação política que resulta num processo constante de reflexão crítica que propicia consciência e participação política (Silva, 2001; Costa & Silva, 2012)).

Deste modo, a Psicologia Política das Políticas Públicas (Silva, 2012ab, 2018; González, 2008) incide em discussões que possibilitam pensar as desigualdades nas interfaces entre a promoção da equidade racial e a superação da dialética de inclusão-

exclusão social, sendo a orientação profissional um espaço privilegiado de ação transformadora. Como aponta Silva (2012a, 2018), a Psicologia Política das Políticas Públicas busca refletir sobre as novas configurações entre Estado e a sociedade civil, entre uma (ou várias) autoridade(s) pública(s) democraticamente legitimada(s) e as múltiplas formas de mobilização dos atores sociais que procuram organizar e promover os seus interesses simbólicos e materiais com vistas à assumirem coletivamente os rumos da vida em sociedade.

Destarte, o estudo das emoções na política permite um redesenho das ações políticas do sujeito e a atividade pontual da orientação vocacional pode atuar como um disparador de perspectivas nas quais podem emergir novos sujeitos políticos na cena social. Pensar em caminhos precursores, para a inserção do sujeito na sociedade de maior complexidade, é analisar a construção de vínculos sociais, bem como processo de implementação de políticas que abarque reparos sociais como forma de garantir a ocupação de espaços de trabalho.

Luta e Resistência Negra: dos Quilombos aos protestos antirracistas atuais

A luta negra no Brasil é secular. Ela começa antes do dia em que o primeiro negro pisou na *terra Brasilis*, ela começa em África. Não é nosso intento fazer qualquer tratado sobre isso, mas é necessário o reconhecimento de que a história negra no Brasil é marcada por esquecimentos e silêncios comprometidos com a lógica de dominação-exploração de que nos falava Heleieth Saffioti (1987): quem domina, explora para obter vantagem, subordina para manter o poder. A essa realidade resta lutar e resistir.

Nesse processo de resistência negras e negros fugiram das senzalas em busca da liberdade e construíram espaços de resistência chamados Quilombos (Gomes, 2005; Santos, 2018). Eles estavam em áreas de difícil acesso e visavam garantir um território seguro para o desenvolvimento social, econômico e cultural daquelas pessoas que viviam um exílio forçoso, bem como das gerações que lhes seguiram. Ainda hoje descendentes de quilombolas travam lutas para o reconhecimento de suas terras e de sua cultura como povos tradicionais. E nesta condição estão em constante situação de vulnerabilidade social. Atualmente, é corrente identificar como quilombolas as pessoas que se refugiavam estrategicamente em territorialidade que garante suas tradições, transmitidas de forma hereditária, para a manutenção de suas histórias e sobrevivências (Silva & Silva, 2014).

As identidades negras são plurais e diversas, mas são todas identidades resistentes e de resistência (Castells, 2000). A negritude fora da África é marcada pela

necessidade de resistir em uma sociedade branca, machista e patriarcal que não reconhece a diferença como valor e possibilidade de existir na pluralidade. Negras e negros não podem se esconder da lógica do preconceito. Sujeitos preconceituosos *têm fome* de oprimir, de apontar e impor o lugar do outro, lugar este marcado pela negação de direitos, pela deslegitimação e pela incapacitação própria de um sujeito supostamente inferior, mas que, na realidade, fala mais de quem é preconceituoso do que dele próprio, objeto do preconceito (Crochik, 1997).

Como se pode notar, resistir é um verdadeiro *impositivo categórico* que marca a condição do ser, ou melhor, do estar sendo negro. Resistir implica em enfrentar as condicionantes sociais da vulnerabilidade, em um reconhecer-se e reinventar-se cotidiano. Novos espaços quilombolas são necessários. Nesse quadro, entendemos que experiências de resistência como o EDUCAFRO são como que *novos quilombos* que acolhem aqueles que lutam contra os processos cotidianos da invisibilização da população negra.

De acordo com Mirta González-Suárez (2008), o conhecimento é o meio que permite apreender questões cotidianas com o intuito de compreender as histórias e proporcionar novas vivências, considerando os meandros do contexto. A resistência do EDUCAFRO se constrói nesse contexto. E é nesse contexto que nossa prática de orientação vocacional se produziu. O EDUCAFRO foi a instituição que possibilitou que tais práticas com pessoas em situação de vulnerabilidade social, pessoas afrodescendentes, quilombolas que seguem vivendo em quilombos fosse possível e que ocorresse de uma maneira distinta àquelas mais tradicionais: não estava em jogo apenas identificar o que cada jovem poderia exercer como profissão, mas sim ajudá-los a se entenderem enquanto sujeitos capazes de agir em todos os contextos e situações, sendo o profissional um deles.

Claro está que a orientação vocacional praticada junto à EDUCAFRO era feita nos moldes proposto por Silvio Bock (2018) que discute uma orientação profissional crítica contrapondo a orientação individual de atuação que pressupõe uma visão com um fim em si mesmo, onde estabelece para o Outro o caráter da ocupação a investir, no intuito de identidade única à incidir no emprego desejado. Como apontado por Bock (2018) as teorias tradicionais/clássicas, estabelecia cristalizações de características pessoais, inviabilizando mudanças na trajetória de vida de trabalho, pautados em traços de personalidades elencado ao perfil profissional/vocacional, como modo de vida perene sem a possibilidade de romper com o sistema 'homem certo no lugar certo'. Sua teoria possibilita ampliar as discussões referente aos espaços onde transita o jovem, no sentido de não individualizar o problema de esvaziamento de alunos

oriundos de escola pública nas formações qualificadas para o mundo do trabalho, evitando rotulação como ausência de interesse.

Na obra organizada por Maria Lúcia de Santana Braga Edileuza Penha de Sousa Ana Flávia Magalhães Pinto intitulada *Dimensões da inclusão no Ensino Médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola* (2006), traçam um panorama que conflui à imagem que o sujeito tem de si mesmo de forma deficitária de quem ele é, e discutem que:

As práticas pedagógicas expressam as relações, conhecimentos elaborados e construídos pela escola. O conhecimento torna-se mecanismo de inserção ou exclusão em espaços sócio e culturalmente construídos, por isso o nosso entendimento de que as disciplinas do currículo, a organização da escola, a formação e atuação de seus professores e funcionários são elementos de extrema relevância para a expectativa do jovem negro e da jovem negra no mercado de trabalho. As articulações entre o trabalho realizado e o tipo de cidadão que se deseja formar possibilitam entrevermos em que medida o trabalho educativo da escola responde às necessidades das camadas menos prestigiadas da população, nas quais se encontram os negros e como essa escola pode transformar suas ações e suas práticas em vista da promoção da equidade racial, social e econômica (Braga, e cols, 2006: 97).

É relevante destacar que as ações do EDUCAFRO não se restringem aos reforços dos saberes da educação formal cobrados nos exames vestibulares. Elas vão além, pois estão comprometidas com os processos de valorização da negritude e da cultura negra. Há um claro investimento na produção de elementos positivos relacionados ao ser negro. Isso é fundamental para que se possa enfrentar imagens negativas relacionadas às competências de negros e negras que estão introjetadas na cultura ocidental branca, machista e patriarcal. Não é possível, portanto, pensar as atividades dessa instituição descolada de um processo de socialização e educação política que possibilita a emergência de novos sujeitos políticos capazes de incidir na construção de uma outra realidade social mais justa e equânime. Na busca pela justiça é preciso garantir a superação do racismo e a luta antirracista é necessária para a superação das condicionantes discursivas do fenômeno. Como recorda Pedro de Oliveira Filho (2002)

“O racismo, enquanto fenômeno ideológico, é bem mais difícil de ser detectado hoje do que há algumas décadas atrás no mundo ocidental. Hoje, por exemplo, se usa muito menos o conceito de raça nas explicações de supostas características dos grupos minoritários. Essa nova realidade se reflete em algumas concepções de racismo contemporâneas (...) que não consideram o discurso sobre raças uma condição necessária para identificar o racismo. Mas não só o conceito de raça está cada vez mais ausente dos modernos discursos racistas. Conceitos que se referem a características somáticas estão cada vez mais sendo substituídos pelo conceito de cultura ou por outros conceitos semelhantes. Essa nova realidade, nos Estados Unidos da América e na Europa, determinou o aparecimento de termos como “racismo simbólico” (Kinder & Sears, 1981), “racismo sutil” (Pettigrew & Meertens, 1995). Nos estados Unidos, esse novo tipo de racismo se caracteriza, entre outras coisas, pela ausência do discurso que afirma a inferioridade intelectual dos negros, ou do discurso que prega a sua segregação. Esse novo racismo pode se manifestar, por exemplo, no discurso segundo o qual os negros violam valores dos norte-americanos quando recebem supostos privilégios estatais. Na Europa, o discurso da diferença é usado como arma de discriminação por grupos de ultra-direita. É o racismo diferencialista (para uma análise desse racismo, ver Wiewiorka, 1992). Esse racismo difunde a idéia segundo a qual nações, grupos étnicos, não são superiores, nem inferiores uns em relação aos outros, são diferentes, e, para que preservem sua verdadeira natureza, devem se manter separados.” (Oliveira, 2002: 269).

Portanto, as sutilezas das questões relativas ao racismo estão sustentadas em posições discursivas que acentuam a deslegitimação sistemática dos sujeitos tachados como inferiores. As ações da EDUCAFRO e as práticas de orientação vocacional aqui abordadas são construídas como formas e fontes de luta antirracista e focam na geração de condicionantes que permitem a emergência de um sujeito político crítico de si mesmo e apto a intervir socialmente para a produção de novas formas de relação social. Dito de outra forma, as ações aqui tratadas correm *pari passu* com as lutas travadas por movimentos sociais negros em suas diferentes formações e organizações.

A Orientação Vocacional Como Lugar de Reflexão Psicopolítica e de Produção de Novas Subjetividades

O EDUCAFRO constituiu um caminho possível para pressionar a formulação, implementação e avaliação de políticas afirmativas, em especial as políticas de cotas raciais no ensino superior. Já como forma de ação mais imediata, o facilitar do EDUCAFRO a seus jovens a uma nova abordagem de orientação profissional crítica permitiu transformar as interfaces racismo e orientação profissional: essas ações se constituíram em espaços geradores de emancipação, autonomia e formação crítica dos estudantes da instituição e em particular daqueles que estiveram no serviço de orientação vocacional, visto que abriram janelas de oportunidade de pensamento e ação que lhes possibilitou ver-se como sujeitos aptos a incidir em políticas públicas.

O EDUCAFRO atua a partir do manejo do conhecimento como instrumento de reconhecimento do sujeito. Como parte integrante da dimensão de seu trabalho, cabe conjecturar sobre: como propiciar a este sujeito formas de ser quanto profissional, em meio a instabilidade política e de garantia de direitos? A Psicologia Política das Políticas Públicas têm colaborado para a construção da autonomia e da emancipação do sujeito?

De acordo com autores como José Sabucedo (1996), a Psicologia Política é um campo de estudo interdisciplinar que parte de processos psicossociais e políticos; ela permite entender fenômenos políticos e seus efeitos múltiplos nos sistemas e acontecimentos políticos, visto que as relações de poder estão no coração da política. Margaret Herman (1986) acrescenta que os processos psicológicos e os fenômenos políticos, não excluem enfoques psicológicos individuais. Deste modo, uma reflexão da psicologia política como participante na promoção à emancipação e equidade racial é salutar, considerando que a intersecção dos diferentes saberes pode contribuir com os processos psicológicos individuais.

Benghozi (2010) traz uma proposta em pensar os vínculos como *vínculo de rede*, pois pressupõe uma noção de *rede em termo polissêmico* (p. 35). O termo proposto por ele é propício, pois pensar em vínculos é de fato reconhecer a polissemia, saber que seria deveras comprometedor pensar em apenas um significado para as relações que se estabelecem por meio de diferentes vivências, aprendizados e instrumentos que possibilitam o acontecer humano.

Benghozi (2010) segue dizendo que a metapsicologia do vínculo da rede é caracterizada pelas *malhagens e remalhagens intercontinentais*. Pontua que as malhas são constituídas pelo entrelaçamento entre *vínculos de filiação* e o *vínculo de afiliação*. Ao falar de filiação e afiliação está dizendo do reconhecimento de

pertencimento a uma instituição familiar bem como em uma instituição maior. Benghozi (2010) assevera que a potencialização dos meios psíquicos mobiliza competências que propicia o sujeito utilizar recursos conscientes e inconscientes. De modo que o mecanismo de defesas mobilizado no grupo conflui em grupalidade de rede. Os diferentes saberes contribuem para a análise de representações e normas, e para as políticas públicas como forma de comparação histórica.

Perguntamo-nos sobre quais seriam os fatores que podem proporcionar a eficácia da participação nas dimensões educacional e de formação profissional, para insurgência de atores capacitados à transitar em suas escolhas, de modo menos angustiante. Com certeza aspectos emocionais tratados de maneira individual ou coletiva na orientação vocacional podem funcionar como elementos estruturadores do sujeito que exerce papel como ator político no campo das políticas públicas, seja como sujeito individual, seja como parte de coletividades em ação.

No vértice da pluralidade estabelecida nos espaços que ocupamos, incorremos em diferentes responsabilidades. Responsabilidades do sujeito em fazer escolhas ao longo de sua história e responsabilidades de cada um de nós no que se refere à participação contribuinte na construção da história do sujeito. Quando estamos frente as nossas ações somos levados a pensar sobre nossas contribuições para a vida em sociedade, remetemo-nos a nossa atuação na ação social e política como ator coparticipante no ambiente em que está inserido o sujeito em situação de vulnerabilidade social. Agir politicamente pode levar a formas de libertação ou de subalternização do sujeito vulnerável e de nós mesmos (Spivak, 2010). Pensar criticamente nos permite transcender para formas mais justas de vida em comum.

Enveredando na intersecção de diferentes saberes, é possível pensar nas implicações psicossociais a partir da psicologia política concomitante às outras dimensões, de modo que para alguns autores, psicologia política consiste em conhecimento psicológico e de comportamento político institucional, bem como estudo das crenças, representações ou senso comum que os cidadãos têm sobre a política, e os comportamentos daqueles que tentam influenciar ou contribuir para a manutenção ou mudança de uma determinada ordem sócio-política (Sabucedo, 1996); Sabucedo & Rodriguez, 2000; Silva, 2015).

Diante do disposto acima, as reflexões sobre problematizar as implicações psicossociais àqueles cerceados de orientação vocacional, em tempos de instabilidade política, faz-se necessário, e nos remete à reflexão sobre ação preventiva a respeito do desenvolvimento de potencialidades no âmbito escolar, como forma de possíveis intervenções para minimizar as angústias. Portanto, entender as

expectativas de inserção de jovens negros do ensino médio no mercado de trabalho pressupõe identificar os impactos desse processo advindo da escola, em especial, a partir das representações construídas à luz dos indivíduos jovens quando são negros (Braga e cols. 2006: 120).

De acordo com González-Suárez (2008) o conhecimento é o meio pelo qual as vivências cotidianas são apreendidas e nos aproximamos de processos históricos e de novas vivências sejam elas de liberdade ou de autoritarismo. Sabucedo (1996), por sua vez, destaca a constituição da personalidade autoritária, num contexto político como modo de controle e dominância social, o que pode resultar em submissão autoritária (aceitação acrítica), agressão autoritária (castigar os indivíduos que violam os valores convencionais), anti-infecção (oposição ao subjetivo), entre outros. Nesse sentido, formas autoritárias colocam em risco a capacidade de autonomização dos sujeitos e produzem subjetividades fragilizadas e que carecem de oportunidades de autoconhecimento para superar essas condicionantes da subalternidade.

Sujeitos em situação de vulnerabilidade precisam superar figuras autoritárias para que possam colocar a si mesmos como sujeitos políticos da ação. Oportunizar esses reposicionamentos da subjetividade passa pelas atividades de uma orientação vocacional crítica com a qual estamos comprometidos. Tal constituição autoritária faz nos pensar sobre o que é asseverado por Adorno no texto *Educação e Emancipação*, quanto ao uso de autoridade como forma de evidenciar que, o sujeito entende mais a respeito de um assunto do que o outro demonstrando conhecimento para a preparação educacional, e não a promoção de postura autoritária. Neste sentido, uma perspectiva de orientação para além de uma formação única, possibilita a preparação para a emancipação e reflexão em que haja condições de fazer escolhas fora do espectro de adaptação.

Em um viés de garantia de direitos, vale lembrar que direitos civis e políticos pressupõem liberdade e autonomia para atuação no mercado Costa (2009); portanto a escassez de um trabalho na base da educação para potencialização das habilidades como forma de possibilitar a insurgência em meio a conjuntura política (Hur & Lacerda, 2016), pode contribuir em ausência de expectativas para incidir como profissionais qualificados.

Mediante a intersecção dos saberes, refletir sobre a conjuntura política como elemento que participa na construção histórico-político, é analisar sobre os atores que compõem essa dimensão, sabendo que *psicologia política é edificada com base na psicologia individual, das multidões e das raças*, de acordo com Le Bon (1921).

José Moura Gonçalves (2017) aborda sobre os impactos de um processo histórico político, como aspecto importante em considerar, na formação de angústias, 'é enigmático o que está por trás da angústia, embora não seja totalmente enigmático', ou seja, o estranhamento ao que perpassa no sujeito referente aos seus sentimentos, o faz se questionar como: 'o que é isto?, o que eu tenho?', apontando para o fenômeno humilhação social, como processo histórico-político. Torna-se relevante abordar sobre os estabelecimentos da rede de vínculos que constitui o sujeito para consolidação de sua estruturação não como algo petrificado, mas como um espaço psíquico transitório consciente de seus limites e seguro em suas reflexões. Para ascensão com confiança em suas decisões.

Considerações Metodológicas da Investigação Psicopolítica no campo da Orientação Vocacional

Realizar investigações em psicologia política é um fazer desafiador, pois trata-se de um campo interdisciplinar de pesquisa (Sabucedo & Rodríguez, 2000; Silva, 2015). Ignacio Martín-Baró (2013) nos recorda que as investigações psicopolíticas podem estar relacionadas a três tipos de problemas, a saber: teóricos, metodológicos e práticos. Isso não é nenhum impeditivo para que todos estes problemas emirjam em uma pesquisa, mas é certo que algum desses problemas serão mais relevantes do que outros para a elucidação do problema de uma pesquisa. Em nosso caso entendemos que são os de tipo prático os que mais nos mobilizam, visto que o tema da orientação vocacional é uma forma de fazer prático de ordem psicológica e política. Acerca de problemas práticos Martín-Baró (2013) nos diz:

Problemas práticos. Evidentemente, a psicologia política enfrenta dificuldades consequentes de suas deficiências teóricas e metodológicas: a falta de clareza sobre a natureza dos processos e fatos analisados, assim como a inexistência de uma metodologia consistente para a análise e a intervenção acarretam óbvios problemas práticos. A esta dificuldade intrínseca, são acrescidas as barreiras que as condições sociais imperantes colocam para este tipo de trabalho, que serão tanto maiores quanto mais críticas forem as áreas de intervenção. Fazer psicologia política implica envolver-se de maneira explícita no jogo de forças políticas, com tudo o que isso significa no interior dos regimes existentes nos países latino-americanos. (p. 576).

Muitas vezes a orientação vocacional é vista como uma ação neutra na qual o profissional busca apenas elucidar quais as habilidades que o sujeito tem para tomar decisões, de que rumo profissional seguir. Contudo, essa é uma visão ingênua e que, muitas vezes, serve para a disciplinarização de sujeitos subalternizados (Spivak, 2010). Há o claro uso político do serviço de orientação vocacional, a determinação de lugares forjados e que limitam a capacidade de ação e inserção social e política de sujeitos que passam a não reconhecerem suas capacidades de agir para além do cercamento que lhes foi imposto. Como é sabido, esse tipo de conduta é parte da história da Psicologia.

Aqui, a perspectiva psicopolítica que assumimos rechaça esse tipo de posicionamento e assume os desafios anunciados por Martín-Baró e Silvio Bock. Desde um fazer crítico, a orientação vocacional precisa superar os cânones da adequação do sujeito para quem reconhecem sua capacidade de agir, de tomar decisões que podem ser contrárias ao sistema, insurgentes e revolucionárias. Tais decisões estão no plano das relações de poder. Decidir uma profissão é decidir como agir no campo das relações de poder e, portanto, uma tomada de decisão psicopolítica. Nesse processo, orientador e orientando jogam papéis-chave que articulam aspectos subjetivos e objetivos sobre si e sobre o mundo no qual estão inseridos. Assim, o político está determinado pelo sentido do que se faz e é mister estabelecer os sentidos do fazer da orientação vocacional. A respeito dos sentidos do fazer político Martín-Baró esclarece:

Uma terceira visão considera um comportamento como político a partir do seu sentido, isto é, da relação que esse comportamento tem com a ordem social e do impacto que produz nela. É claro que todo ato pode remeter, de alguma forma, à ordem social em que ocorre, mas nem todo ato tem o mesmo impacto sobre ela; somente aqueles atos que têm algum efeito significativo no sistema social, seja para manter, seja para mudar, podem ser considerados como políticos. A criança que retira de seu irmão um brinquedo está exercendo poder, mas este ato não exerce o mesmo impacto sobre a ordem social que o ato do patrão que se apropria da mais-valia gerada pelo trabalho de seu operário ou do governo que estatiza parte das terras de um país com o fim de realizar reforma agrária. Nestes casos, o poder exercido tem efeito sobre o sistema social estabelecido, no primeiro se contribui para a manutenção e no segundo para a mudança. Definir o ponto em que o impacto de

um comportamento na ordem social pode ser considerado significativo é algo difícil, mas parece a melhor maneira de especificar quando um ato é político ou em que âmbito e em que medida é político. (p. 578).

A escolha de uma abordagem qualitativa para nosso problema prático de Psicologia Política se dá na esteira de uma perspectiva científica que assume que uma série de métodos qualitativos permitem a compreensão e a interpretação dos processos, e não apenas a explicação causal ou a correlação, pois estão em jogo elementos próprios da subjetividade humana e que implicam algum grau de envolvimento pessoal no processo investigativo. Martín-Baró (2013) recorda que

O problema do envolvimento pessoal é particularmente agudo na psicologia política, já que, desde o início, há uma implicação dupla do sujeito e do objeto: desde a psicologia, porque o cientista também é humano; desde a política, porque tudo o que se relaciona com o ordenamento da vida social afeta decisivamente a vida e o destino do cientista. Assim, é absurdo buscar assepsia diante do fenômeno da tortura, indiferença diante dos conflitos de nossa própria classe social ou imparcialidade diante da educação política de nossos próprios filhos. Em todos estes casos, o cientista sente-se afetado pelo objeto de sua análise, diante do qual assume uma postura e uma opção que obviamente condicionam a compreensão do que ele pode realizar. Conseguir o senso crítico necessário para manter sob controle a influência dos próprios valores é, portanto, um dos problemas mais difíceis que enfrenta o psicólogo que pretende trabalhar na área da política. (pp. 580-81).

Com base no que apontamos até aqui, assumimos que nossa pesquisa é qualitativa, sobre fenômenos políticos relativos à orientação vocacional e que aceita como parte dela própria aspectos referentes ao envolvimento pessoal dos investigadores nesses fenômenos que são de natureza prática, afetiva e subjetiva. Ela se deu a partir de intervenção de campo e de pesquisa bibliográfica, tendo como sujeitos analisados jovens em situação de vulnerabilidade social, afrodescendentes, quilombola.

Segundo González Rey (1997, 2017) a pesquisa qualitativa considera questões subjetivas e objetivas num processo sócio histórico, e ao contrário do formato positivista de considerações universais, a pesquisa qualitativa subjetiva leva em consideração a dimensão construtivo-interpretativo, contrapondo aporte teóricos que

validam questões metodológicas somente por sistematizações comprobatórias concretas. Ou seja, González evidencia a interação com a conversação, valorizando momentos tidos como informais em que os sujeitos trás questões que se fosse mediadas por instrumentos estruturados, talvez não surgiria de maneira rica em detalhes e carregado de emoção.

Dito isso, assumimos que nossa escolha do tema ocorreu através da experiência de estágio e supervisões, que nos permitiram perceber a dificuldade dos jovens em escolher devido à escassez de uma sustentação sedimentada, que possibilitasse reflexões emancipatórias. Tal experiência nos conduziu a pensar sobre o benefício da intermediação na construção da identidade profissional com jovens em situação de vulnerabilidade social. Assim, objetivou-se refletir sobre implicações psicopolíticas àqueles cerceados de orientação vocacional, dialogar sobre escolha profissional e construção de carreira por parte dos jovens afrodescendentes participantes do curso pré-vestibular para o ingresso na universidade oferecido pelo EDUCAFRO.

Potencializar o jovem para escolhas menos angustiantes era um desafio para o serviço de orientação vocacional e nos impulsionou a realizar o presente trabalho de investigação. Entende-se a importância de uma pesquisa qualitativa de campo e bibliográfica, porque a mesma proporciona ao pesquisador compreensão dos fenômenos que vão se estabelecendo nos mais diversos espaços de forma contextualizada, além de poder complementar ou possibilitar enfoques diferentes sobre estudos existentes (Martín-Baró, 1991; González Rey, 1997, 2017). A experiência de estágio permitiu uma articulação entre o teoria e a prática, o que gerou um saber praxiológico que permite repensar o papel das psicologias, pois é claro que o 'saber psi' necessário na orientação vocacional é atravessado por outros e carece de uma abordagem de corte interdisciplinar.

Negritude e Profissão: rompendo barreiras e convertendo desejos em realidade

Nesse ponto de nosso artigo passamos a analisar nossa experiência de Orientação Vocacional no EDUCAFRO. A partir da experiência vivenciada no Atendimento Psicológico de Orientação Profissional focado em pessoas em vulnerabilidade social, na cidade de São Paulo buscamos promover Educação e Cidadania para Afrodescendentes e Carentes vinculados ao cursinho pré-vestibular EDUCAFRO.

As pessoas atendidas foram jovens entre 18 e 30 anos, sendo do gênero feminino e masculino. Não obstante, para este artigo trazemos um estudo de caso com um jovem quilombola de 18 anos a quem chamaremos, ficticiamente, de João. Morador de um Quilombo que fica a 50 km de São Paulo em uma cidade litorânea, João trabalha com sua comunidade na agricultura. No quilombo se organizam como comunidade a partir de unidades familiares, as quais são representadas por um líder.

Devido ao isolamento dessas comunidades, não são muitos os quilombolas que ingressam no ensino superior. A questão do acesso à universidade por membros dessa população é importante, pois se trata de um contingente populacional que estava à margem historicamente do acesso ao ensino superior, seja ele público ou privado (Santos, 2018). Ainda que esta não seja a tônica deste artigo o caso aqui trazido explicita novas demandas para se pensar as políticas de ações afirmativas (Santos, 2018; Daflon, 2013) para estudantes quilombolas. Em certa medida, o acolhimento de João pelo EDUCAFRO como estudante auxilia um conjunto de ações afirmativas que permitem transformar, paulatinamente, esse quadro perverso de exclusão e marginalidade (Sawaia, 1999).

Sair do quilombo, deixar a dinâmica interna de socialização e o convívio comunitário é sempre um desafio, pois as lógicas da vida entre povos tradicionais como os quilombolas e da vida no meio urbano estão pautadas em crenças e valores diferentes. Enquanto entre os primeiros o coletivo ocupa um papel decisivo, no segundo impera a valorização do indivíduo. Sair de um modelo para o outro produz tensões a serem enfrentadas e afrontadas por um jovem que decide aventurar-se na cidade grande com vistas a adquirir conhecimentos que lhe permitam contribuir para a melhoria das condições de vida de sua comunidade.

Ao chegar do quilombo, João foi acolhido, juntamente com outros jovens, pelo EDUCAFRO, residindo nas dependências da Instituição no centro da capital paulista. Inicialmente ele e seus companheiros chegaram a São Paulo para participar de um curso de formação de líderes oferecido pelo EDUCAFRO. Todavia, após essa experiência João preparou-se para o ingresso na universidade e foi admitido no curso de Engenharia Civil por meio de um convênio firmado entre o Educafro e uma instituição privada de ensino superior.

A mudança de ambiente foi impactante para João. Isso o levou a experimentar conflitos, faltas, angústias, as quais lhe conduziram a uma experiência de solidão. Estar distante da família e da comunidade foram elementos determinantes para sua busca por orientação. A orientação vocacional foi o caminho que lhe possibilitou pensar sobre si e suas escolhas de vida, haja vista que a escolha profissional é um

momento decisivo para a consolidação de elementos identitários e para sua inserção social em um futuro próximo. O atendimento vocacional difere do setting terapêutico individual, abarcando questões políticas, de políticas públicas, de representação social que garantem sustentação às demandas raciais. A historicidade se fazia presente na narrativa de João e os afetos surgiam em meio às atividades propostas.

Pessoas em situação de vulnerabilidade social encontram-se em contextos precarizados que lhes limitam a tomada de decisão em função de não possuírem as condições ideais para conhecer a si próprios e as habilidades que lhes abre uma multiplicidade de caminhos futuros. Portanto, a oferta de um atendimento psicológico de orientação profissional à luz de uma Psicologia Política de base psicanalítica permite proporcionar uma experiência analítica para além do *setting* terapêutico (Richter, 2017).

De forma geral, nossa análise aponta para a necessidade de suporte material e psicológico articulados para a geração de ambiência que permitam a esse sujeito reconfigurarem suas posições frente aos elementos que lhe fragilizam para, nesse processo, constituir-se enquanto sujeito político capaz de construir seu projeto de futuro. Tal processo se produz politicamente, historicamente e psicologicamente, o que faz da atividade de orientação profissional um espaço polissemicamente orientado.

Nesse contexto, as experiências de João o remetem a um processo de auto-análise, de descoberta de si e de reconhecimento de potências e capacidades. Antes de romper as fronteiras do conhecimento de si ele vivia um *continuum* que lhe aprisionava, lhe impedia de perceber-se como sujeito da ação. Inicialmente suas expectativas se reduziam a um fazer instrumental que estavam ajustadas a uma noção de bem-estar da comunidade. Entretanto, a partir do processo de orientação vocacional ele pode vislumbrar sua potência de ação como liderança comunitária, sendo sua formação acadêmica um elemento legitimador de competência em espaços extra comunitários.

A experiência no EDUCAFRO agiu como um divisor de águas. Tendo ele saído aos 17 anos do quilombo, e tendo vivenciado um conjunto de precariedades estruturais em sua comunidade, como a ausência crônica de acesso a políticas de saúde, educação, saneamento, etc. o levou a buscar caminhos de enfrentamento dessas condicionantes que perpetravam sua condição marginal enquanto quilombola. Essa busca o conduziu a um processo formativo oportunizado pelo EDUCAFRO e que o colocou em contato com o universo das políticas públicas e da ação pública (Silva, 2012ab, 2018). As atividades promovidas pela orientação vocacional lhe permitiram assentar e decidir caminhos de formação e atuação enquanto membro da comunidade

e estudante de Engenharia civil. Desta maneira, há um processo de superação que lhe coloca em cena, como ator no campo das políticas públicas.

O caso em tela nos remete a seguinte questão: Em que se difere o atendimento psicológico de orientação profissional para pessoas negras em situação de vulnerabilidade social, dos demais atendimentos de orientação profissional? No setting terapêutico a relação se estabelece entre paciente e terapeuta, que dispõem de manejos, escutas, materiais técnicos que dão subsídios ao atendimento. E geralmente o atendimento psicológico está pautado no modelo metapsicologia que não necessariamente aborda questões vinculadas à dominação e poder à uma determinada raça, por exemplo.

Pensar na questão racial é considerar toda uma estrutura política que pode propiciar fenômenos de estranhamento (Gonçalves, 2017), e que pode ser entendido como uma questão meramente do indivíduo desconsiderando a historicidade de um povo, de um coletivo maior que não se restringe tão somente aos entes próximos que corroboram na construção do sujeito. Ao refletir sobre a cultura, costumes, incorremos nos estabelecimentos de vínculos, e no que se refere à construção de vínculos sociais, há caminhos precursores para a inserção do sujeito na sociedade de maior complexidade, que implicam em instituição familiar, bem como em uma instituição maior, como forma de pensar sobre possíveis intervenções.

Essas experiências reflexivas estiveram presentes no processo analítico de João, uma vez que suas tomadas de decisão articularam elementos individuais e coletivos que referenciavam a percepção de sua negritude. Constituir-se como negro é um processo dinâmico e inacabado. Ele é contínuo e muda com o fluxo das experiências vividas pelo sujeito (Santos, 2004).

Quando Gonçalves (2017) faz referência ao estranhamento que perpassa no sujeito referente aos seus sentimentos, tais fatores fazem o sujeito se questionar: ‘o que é isto?, o que eu tenho?’, apontando para o fenômeno humilhação social, como processo histórico-político. Deste modo, nos deparamos em um atendimento psicopolítico de base psicanalítica. Reconhecendo que os atravessamentos que perpassam o orientando não se restringem a uma vivência da ordem familiar e comunitária, observamos que João supera as fronteiras do lugar comum que lhe posicionavam em um lugar menor na estrutura social.

Isso decorria dos significados preconceituosos associados a sua condição de negro e quilombola. Em ambas as situações ele era posto em uma condição inferior e ignorante. Romper com esses sentidos que outros lhe atribuem é atravessar espaços

de isolamento e tomar para si um lugar ao sol que ultrapassa as condicionantes dos lugares minoritários a que estava circunscrito (Silva, 2007).

Nesse processo analítico João passa a fazer parte de uma rede de vínculos (Bengozi, 2010), que o tempo todo o convoca a justificar o seu lugar no mundo, no que concerne a sua condição de sujeito negro. Tal entendimento convoca o orientador a pensar no atendimento de forma polissêmica e interdisciplinar, tendo a clareza dos diferentes significados que palavras e saberes podem produzir emocionalmente, socialmente e politicamente.

Considerações Finais

As interrogações sobre a não representatividade dos negros nas dimensões, educacional e do trabalho perpassam os diferentes textos literários que confluem nas dimensões de estabelecimento de vínculos, histórico-político, e potencialidade nas escolhas menos angustiantes. Os autores convergem em discussões sobre uma Psicologia Política Libertadora, crítica que supera um viés leboniano pautado em formas dezenovecentistas da psicologia individual, das multidões e das raça. Assim, hodiernamente autores contemporâneos explicitam a relevância de diferentes atores participantes do cenário de vulnerabilidade social para a sua transformação, propiciando uma importante reflexão sobre insurgência, possível de acontecer (Hur & Lacerda, 2016).

Expectativas que remetem em incidir como profissionais qualificados, possibilitando a promoção da equidade racial e orientação profissional, são fatores que convida pensar o papel das psicologias, e contribuição no fazer político. Possibilitar um trabalho na base da educação para potencialização das habilidades, como forma de insurgência à conjuntura política, podendo incorrer na diminuição das angústias, possibilitando incidir como profissionais qualificados, diz de um olhar endereçado ao ator protagonista, o humano.

É desde um enquadramento crítico que entendemos a contribuição da Psicologia Política. Ela pode contribuir para a ampliação do entendimento do fazer prático da orientação vocacional. Os processos que a orientação vocacional trabalha afetam tanto o orientando quanto orientador, pois seus desdobramentos incidem no âmbito do político e transformam as possibilidades de inserção do sujeito no mundo.

Ao fazê-lo a orientação vocacional pode transformar situações de instabilidade política que são marcantes em sociedades conservadoras como as que têm dominado a vida no ocidente, em especial na América Latina, região ainda estruturada por perspectivas colonialistas. Fazer uma psicologia política crítica nos conduz a uma

reorientação hermenêutica que muda nossa posição enquanto sujeitos da ação. E é isso que muda significativamente o modo de atuar no serviço de orientação vocacional: orientar passa a ser enfrentar os elementos do político em suas dimensões objetivas e subjetivas, o que altera a compreensão dos papéis de orientador e orientando, bem como exige o abandono de posicionamentos neutrais e assépticos como nos recorda Martín-Baró (1991).

A experiência vivida no EDUCAFRO abre possibilidades de releitura no campo da orientação vocacional. Trabalhar com populações negras nos permitiu verificar e enfrentar os impactos de diferentes racismos que buscam subalternizar a população negra, negando-lhe o direito de fala, de reconhecimento positivos e de ação no mundo (Spivak, 2010; Silva, 2007). Superar a subalternização do sujeito negro passa pela construção subjetiva do político que lhe permite estar no mundo sem a necessidade da justificação opressora exigida em sociedades racistas, machistas e desiguais. A ação de orientação vocacional se revelou um instrumento de empoderamento político a partir da desconstrução de lugares atribuídos socialmente e que nada dizem do sujeito que é enquadrado.

Ao reposicionarem-se esses sujeitos passam a reconhecer-se e exigir que se lhes reconheça a sua dignidade humana, suas competências e capacidades que lhes coloca em situação de igualdade e equidade social. Essas transformações nos permitem vislumbrar, com esperança, um longo, mas real, processo de mudança social onde o racismo e outras formas de preconceitos não tem lugar.

Referências

- Adorno, Theodor W. (1995). Educação e emancipação. In T. W. Adorno. *Educação Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz Terra.
- Benghozi, Pièrre. (2010). O vínculo de rede. In P. Benghozi. *Malhagem, filiação e afiliação*. Psicanálise dos vínculos: casal, família, grupo, instituição e campo social. [tradução Eunice Dutra Galery]. 1 ed. – São Paulo: Vetor.
- Bock, Silvio D. (2018). Orientação profissional – A abordagem sócio-histórica. São Paulo: Cortez.
- Braga, Maria L. S., Souza, Edileuza P., & Pinto, Ana F. M. (2006). *Dimensões da inclusão no Ensino Médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola*. Coleção Educação Para Todos- Brasília: UNESCO.
- Costa, Giseli Paim. (2008). *Cidadania e Participação: Impactos da Política Social num Enfoque Psicopolítico*. Curitiba: Juruá.
- Costa, Guilherme Borges., & Silva, Alessandro Soares da. (2012). A Democracia e os Desafios da Participação Política. Em Almeida, Marco B. de; Silva, Alessandro S. da; Corrêa, Felipe. (Org.). *Psicologia Política: Debates e embates de um campo interdisciplinar*. São Paulo: Ed. EACH/USP, 149-176. Acessado

- em14/05/2020. Disponível em: http://each.uspnet.usp.br/edicoes-each/psicologia_politica.pdf
- Rodrigues, Cristiano., & Afonso, Maria L. M. (2003). Políticas de Reconhecimento e Ação Afirmativa. *Revista Psicologia Política* 3(6), 267-288.
- Crochik, José León. (1997). Preconceito: Indivíduo e Cultura. São Paulo: Robe Editorial.
- Daflon, Verônica Toste., Feres Jr. João., & Campos, Luiz Augusto. (2013). Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. *Cadernos de Pesquisa*, 43(148), 302-327 jan./abr.
- Gomes, Flávio dos Santos. (2005). *A hidra e os pântanos – mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (XVII-XIX)*. São Paulo: Editora UNESP: Ed. Polis, 2005
- González Rey, Fernando. (1997). Epistemología Cualitativa y Subjetividad. São Paulo: Educ.
- González Rey, Fernando. (2017). Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação. São Paulo: Cengage Learning.
- González-Suárez, Mirta. (2008). Psicologia Política. San José: Editora UCR.
- Hur, Domênico., & Lacerda Jr. Fernando. (2016). *Psicologia Política Crítica - Insurgências na América Latina*. São Paulo: Átomo e Alínea.
- Le Bon, Gustave. (1921). *Psychologia Política e a Defesa Social*. Rio de Janeiro: Garnier. (originalmente publicado em 1910).
- Oliveira Filho, Pedro de. (2002). A Justificação da Desigualdade em Discursos Sobre a Posição Social do Negro (1990-2000) *Psicologia Política*. 2(4), 267-295. Acessado em 14/05/2020. Disponível em: <https://abpsicologiapolitica.files.wordpress.com/2019/06/rev.-psi-politica-v2n4.pdf>
- Sabucedo, José M. C. (1996) *Psicologia Política*. Vallehermoso-Madrid: Editora Síntese. .
- Rodrigues, Cristiano., & Afonso, Maria L. M. (2003). Políticas de Reconhecimento e Ação Afirmativa. *Revista Psicologia Política* 3(6), 267-288.
- Martín-Baró, Ignacio. (2013). O Método em Psicologia Política. *Revista Psicologia Política*, 13(28). 575-592. (Originalmente publicado em 1991). Acessado em 11/06/2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v13n28/v13n28a11.pdf>
- Melucci, Alberto. (1999). Acción Colectiva, Vida Cotidiana y Democracia. Mexico. El Colegio de Mexico.
- Montero, Maritza. (1991). *Acción y discurso: problemas de psicología política en América Latina*. Venezuela: Eduven.
- Richter, Ernesto P. (2017). *Influências da psicanálise na construção da Psicologia Política: Reich, Fromm e Adorno*. Tese de Doutorado (Psicologia Social). Pontifícia Universidade de São Paulo.
- Sabucedo, José Manuel. (1996). Psicologia Política. Madri: Síntesis.
- Sabucedo, José Manuel., & Rodríguez, Mauro. (2000). La construcción Social de la Psicología Política. *Summa Psicológica*, 7(1), 1-14. Acessado em 01/05/2020.

- Disponível em:
<http://publicaciones.konradlorenz.edu.co/index.php/sumapsi/article/view/208>
- Saffioti, Heleieth I. B. (1997). *O Poder do macho*. São Paulo: Moderna.
- Santos, Gislene Aparecida dos. (2004). *Mulher negra, homem branco: um breve estudo do feminino negro*. São Paulo: Pallas.
- Santos, Thaís Calixto dos. (2018). Diversidade e Representação: os(as) quilombolas no ensino superior. X COPENE. Acessado em 09/06/2020. Disponível em: https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1538350556_ARQUIVO_TrabalhoCompletoXCOPENE-2018.pdf
- Sawaia, Bader B. (1999). *As Artimanhas da Exclusão*. Petrópolis: Vozes.
- Silva, Alessandro Soares da. (2001). Consciência e Participação Política: uma abordagem Psicopolítica. *Interações*, 6(2), 69-90. Acessado em 21/06/2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/354/35461204.pdf>
- Silva, Alessandro Soares da. (2007). Direitos Humanos e lugares minoritários: Um convite ao pensar sobre os processos de exclusão na escola. *Programa Ética e Cidadania*. Acessado em 14/05/2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/11_soares.pdf
- Silva, Alessandro Soares da. (2012). Memória, Consciência e Políticas Públicas: o papel das Paradas do Orgulho LGBT e a construção de políticas inclusivas. *Revista Electrónica de Psicología Política*, San Luis, v. 9, p. 112-137. Acessado em 14/05/2020. Disponível em: <http://www.psicopol.unsl.edu.ar/abril2012-nota09-Memoria,%20conciencia%20y%20pol%EDticas%20publicas-el%20papel%20de%20las%20marchas%20del%20orgullo%20LGBT.pdf>
- Silva, Alessandro Soares da. (2012). *Psicologia Política, Políticas Públicas e Movimentos Sociais*. Tese de Livre docência. Universidade de São Paulo.
- Silva, Alessandro Soares da. (2015). A Psicologia Política: ser/estar nos interstícios das disciplinaridades. Em Silva, Alessandro e Corrêa, Felipe. *No interstício das disciplinaridades: A psicologia política*. Curitiba: Prismas. Acessado em 14/05/2020. Disponível em: https://www.academia.edu/23149439/A_psicologia_pol%C3%ADtica_ser_estar_nos_interst%C3%ADcios_das_disciplinaridades_2015
- Silva, Alessandro Soares da. (2018). Um Esboço do que poderia ser a Psicologia Política da Ação Pública. *Cadernos da ANPEPP, GT 62 Psicologia Política*.
- Silva, Giselda Shirley da., & Silva, Vandeir José da. (2014). Quilombos Brasileiros: alguns aspectos da trajetória do negro no Brasil. *Revista Mosaico*, 7(2), 191-200, jul./dez. Acessado em 21/06/2020. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/4120>
- Spivak, Gayatri Chakravorty. (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: EdUFMG.